

A IDENTIDADE DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS: ENTRE AS DIFERENÇAS E O PERTENCIMENTO COMUM

Milka Helena Carrilho **Slavez** – Programa de Estudos Pós- Graduação em Educação: História, Política, Sociedade – PUC /SP

Agência Financiamento: CNPq

O objeto de estudo *Alfabetização* e a preocupação com a *Formação de professores*, estiveram sempre presentes na trajetória desta pesquisadora, porém as lentes usadas para sua compreensão foram as das áreas de Linguística Aplicada e Psicologia, ora com contribuições sobre especificidades próprias da língua materna, ora com conhecimentos a respeito de como os sujeitos aprendem a língua materna.

Em meados de 2004, com o início da carreira na universidade pública, após a aprovação em concurso público, surgiu a necessidade de conhecer melhor a realidade daquele local para poder realizar um trabalho mais apropriado àquele contexto e, assim, desenvolver alguma atividade de extensão que pudesse contribuir com a melhoria da Educação Básica e, ao mesmo tempo, tornar-se campo específico de pesquisa.

Em 2005, essa oportunidade consubstanciou-se no Projeto de Extensão de formação continuada para professores da educação básica. Embora seja preciso considerar a afirmação de Geraldi (1997, p. 224), segundo a qual “[...] cada curso é uma ilha no processo de desqualificação que as condições de trabalho vão produzindo”, o referido projeto mostrou-se uma excelente oportunidade para uma aproximação dos docentes universitários com os professores das escolas públicas do município onde se localiza a universidade.

Por meio desse projeto de extensão desenvolvido com os professores das escolas públicas de Paranaíba-MS, não só foi possível conhecer melhor a realidade educacional local, como também foram delineadas novas inquietações que provocaram uma nova etapa dessa trajetória no âmbito do doutorado.

As questões que envolvem, por exemplo, os fatores que levam os professores a escolherem e permanecerem nas classes de alfabetização, os saberes que eles adquirem ao longo de suas trajetórias ao exercerem esse ofício e a identidade profissional que desenvolvem, pareciam reunir as condições para propiciar uma compreensão sobre as necessidades formativas que se apresentam na prática e, com isso, fornecer elementos, para melhor direcionar o trabalho nas disciplinas Metodologia de Alfabetização e Estágio Supervisionado, com as quais trabalho, e, sobretudo, para investigar

especificamente, o percurso de formação e construção de identidade profissional de professoras alfabetizadoras.

Os estudos realizados no doutorado possibilitaram à pesquisadora repensar, agora sob o olhar da Sociologia da Educação, alguns aspectos desse objeto de pesquisa e conhecer outra perspectiva para estudar a alfabetização e compreender o processo de constituição identitária dos professores alfabetizadores.

Desse modo, a pesquisa ora relatada, realizada na perspectiva sociológica, buscou entender o processo de construção da identidade do professor alfabetizador, tendo, como referencial norteador, os conceitos de *socialização* e *identidade profissional docente*, segundo Berger (1986), Berger e Luckmann (2003), Dubar (1997), Tardif (2001; 2002) e Tardif e Raymond (2000).

Trata-se de identificar os processos de construção da identidade profissional nos percursos de socialização secundária das professoras, alvos deste estudo – o que, para Dubar (2005, p. 122), significa investigar, identificar e analisar os saberes especializados ou *professionais* que “[...] são definidos e construídos com referência a um campo especializado de atividades”.

É pela análise dos “mundos” construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social que o sociólogo pode reconstruir melhor as identidades típicas pertinentes em um campo social específico. Essas “representações ativas” estruturam os discursos dos indivíduos sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário, à interiorização de “receitas”, à incorporação de um programa, à aquisição de um saber legítimo que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma “identidade reconhecida”. (DUBAR, 2005, p. 129).

Para esse autor, o espaço de reconhecimento das identidades é, também, o espaço de legitimação dos saberes e competências associadas às identidades, ou seja,

[...] para realizar a construção biográfica de uma identidade profissional e social, os indivíduos devem entrar em relações de trabalho, participar de alguma forma das atividades coletivas em organizações, intervir de uma maneira ou de outra em representações. Esta perspectiva ancora a identidade na experiência relacional e social do poder e, portanto, faz das relações de trabalho o “lugar” em que se experimenta o enfrentamento dos desejos de reconhecimento em um contexto de acesso desigual, movediço e complexo ao poder. (DUBAR, 2005, p.151).

Da mesma forma, segundo Berger e Luckmann (1985), é possível considerar a identidade como o “elemento-chave da realidade subjetiva” e “em relação dialética com a sociedade”:

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 228).

Investigando saberes de professores, Tardif (2000) Tardif e Raymond (2000) também trazem contribuições específicas para compreensão do processo de constituição da identidade docente. Para esses autores,

[...] se é verdade que a experiência do trabalho docente exige um domínio cognitivo e instrumental da função, ela também exige uma socialização na profissão e em uma vivência profissional através das quais se constrói e se experimenta pouco a pouco uma identidade profissional, onde entram em jogo elementos emocionais, relacionais e simbólicos que permitem que um indivíduo se considere e viva como um professor e assuma assim, subjetivamente e objetivamente, o fato de fazer carreira no magistério. (TARDIF, 2000, p.239).

Nesta perspectiva, a identidade das professoras, aqui investigadas, é constituída a partir das relações que se estabeleceram, ao longo do tempo e nos espaços vividos, em suas trajetórias, envolvendo, desde sua condição social de origem, seu percurso escolar, os professores que as formaram, as professoras alfabetizadoras de que se lembram, sua entrada na profissão e condições de exercício do magistério, seus alunos, seus pares, as exigências legais da profissão, os materiais de ensino até a percepção delas próprias sobre suas identidades.

Assim, também foram utilizados, como referencial teórico, norteador da pesquisa, os estudos realizados por Berger (1986), Berger e Luckmann (2003), Dubar (1997; 2005) e Tardif (2000) sobre as Teorias da socialização e socialização profissional docente, para compreender os percursos *identitários*, isto é, percursos em direção à identidade social e profissional das professoras investigadas. Este quadro teórico, portanto, permitiu identificar o processo de socialização e a construção da identidade profissional das professoras alfabetizadoras.

Além do quadro teórico também foi feita a revisão de pesquisas já realizadas sobre a temática para conhecer os estudos já realizados, não só para mapear o que já se conhece a respeito do tema investigado, mas, sobretudo, para delinear a relevância da pesquisa, no sentido de fazer avançar o conhecimento sobre a temática em estudo. Neste sentido, procurou-se saber o que tem sido produzido sobre identidade do professor, em especial, do professor alfabetizador, em duas fontes específicas: o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e alguns periódicos nacionais – considerados *Qualis A* pela CAPES – e estrangeiros – que permitissem mapear parte da produção, em alguns países da América Latina, e em Portugal e Espanha, na Europa.

As consultas ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (www.capes.gov.br) foram feitas no período de março a junho de 2009 e, posteriormente, em agosto de 2010. Inicialmente, optou-se por considerar todas as pesquisas produzidas entre os anos 1987 a 2009 – período disponível no referido *site*. Para realizar a busca foi utilizado o descritor *identidade do professor alfabetizador*, por ser o foco desta pesquisa. Os resultados da busca apontaram 60 trabalhos sendo 15 teses e 45 dissertações resultantes da busca.

Este primeiro mapeamento possibilitou observar que o número dos estudos produzidos é, relativamente, pequeno se for considerado que o período compreendido é de um pouco mais de duas décadas e que são produções de programas de Pós-graduação do Brasil. Foi possível constatar que há um número reduzido de pesquisas que tratam, especificamente, do tema *Identidade profissional do alfabetizador*, apenas 08 dissertações e uma única tese.

A única tese encontrada com o tema *Identidade profissional do alfabetizador* denomina-se *Processo Identitário da Professora-Alfabetizadora: Mitos, Ritos, Espaços e Tempos*, de autoria de Cleuza Maria Sobral Dias e foi defendida em 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nessa pesquisa, a autora utiliza o conceito de *identidade*, segundo Anthony Giddens, António Nóvoa e Claude Dubar, bem como utiliza a abordagem (auto) biográfica, com o apoio de autores, como Jean Clandinin, Michael Connelly, Pierre Dominicé e Ivor Goodson.

A autora apresenta e analisa narrativas de percursos de vida de 08 professoras alfabetizadoras para buscar a compreensão do processo de *ser e tornar-se alfabetizadora*. A riqueza de elementos presentes nas narrativas possibilitou a Dias (2002, p. 192) uma análise muito bem fundamentada sobre “[...] os percursos que falam da infância, a partir da presença de pessoas do meio familiar e do contexto escolar; da

escolha da profissão; dos lugares de formação acadêmica e do ingresso no magistério”. Mas, ela reconhece a necessidade de estudos que busquem compreender “[...] outros percursos, outros tempos, vividos (e por viver) pelas alfabetizadoras na continuidade da profissão, não menos importante na (re) construção da identidade profissional [...]” (DIAS, 2002, p. 192).

Constata-se, portanto, a existência de uma lacuna específica nas investigações sobre esta temática, o que permite configurar a relevância da pesquisa aqui exposta, ao investigar, ao longo das trajetórias e do exercício da profissão das professoras alfabetizadoras, os motivos que as levam à escolha e permanência, por opção, nas classes de alfabetização, considerando-se a percepção que expressam sobre seu próprio trabalho como alfabetizadoras e procurando identificar elementos dos dois processos identitários básicos, apontados por Dubar (1997) – o biográfico e o relacional – que foram determinantes para a constituição de suas *identidades profissionais de professoras alfabetizadoras*.

A busca por pesquisas publicadas em periódicos sobre a identidade do professor alfabetizador efetuou-se por meio de consulta aos *sites* de revistas nacionais, consideradas *Qualis A* pela CAPES. Foram analisadas as revistas utilizadas com mais frequência pela pesquisadora e que oferecem uma produção, reconhecidamente relevante para a área, tais como: *Revista Brasileira de Educação*; *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e Currículo sem Fronteiras*. Foram consultados os *sites* e realizadas leituras dos títulos nos sumários e respectivos resumos dos periódicos.

Seguindo os mesmos critérios, foi feita a busca nos seguintes periódicos internacionais: *Revista Educação, Sociedade & Culturas* – do Centro de Investigação e Intervenção em Educação da Universidade do Porto-Portugal; *Revista Novedades Educativas* – de Buenos Aires-Argentina e *Revista de Educación* – uma publicação científica do Ministério da Educação Espanhol Madrid-Espanha. Essas também são revistas utilizadas com frequência pela pesquisadora, pois oferecem produção reconhecidamente relevante para a área, além de apresentarem panorama luso-espanhol e latino-americano das pesquisas sobre a temática em foco.

Ainda que representando uma pequena amostra de periódicos nacionais e estrangeiros, foi possível verificar um baixo número de artigos, se for considerado o número de periódicos analisados (07) e o período abrangido (2000-2011): um total de 18 artigos apenas.

Entre os estudos encontrados, observa-se que o tema identidade é tratado de modo abrangente, não se destacando como uma categoria particular dentro da profissão docente. Apenas dois artigos da revista *Educação, Sociedade & Culturas* de Portugal, um de Araújo (1995) e outro de Lopes e Ribeiro (2000) explicitam o interesse pela constituição da identidade de futuras professoras primárias, portanto, futuras alfabetizadoras. Dentre estes dois artigos, o primeiro analisa esse tema no período que vai de 1870 a 1933, procurando contribuir para a explicação do processo da “feminização” do ensino. Assim, constata-se, por meio do levantamento feito nos periódicos nacionais e estrangeiros, o número ainda reduzido de pesquisas sobre a constituição de identidade profissional do professor, em geral, e do professor alfabetizador, em particular.

Os estudos de Marin (1996 e 2002) e Giovanni e Marin (2007) demonstram um crescente interesse por pesquisas sobre formação de professores no Brasil. Essas pesquisas demonstram que as dificuldades enfrentadas por professores não são recentes. Resgatando problemas de modelos formativos propostos e implantados ao longo do século XX e começo do século XXI, as autoras apresentam como essas dificuldades permanecem e se agravam por décadas, mas apontam possibilidades de enfrentamento dessas dificuldades na formação de professores. Esse panorama é ainda mais grave, especialmente quando se considera a formação de professores alfabetizadores.

A esse respeito, merece destaque a dissertação de mestrado de Orgides Maria da Silva Neta (2008) – *O tema alfabetização na legislação para formação de professores alfabetizadores no Brasil*. Trata-se de pesquisa relevante para o conhecimento das diretrizes oficiais voltadas à alfabetização, de modo particular à formação de professores alfabetizadores.

A partir da pesquisa de Silva Neta (2008) apresenta-se, a seguir, um panorama da legislação atualmente em vigor, relativas à formação e atuação de professores alfabetizadores no Estado de Mato Grosso do Sul, já que os sujeitos da pesquisa residem neste estado e, portanto sua atuação obedece às normas emitidas pelo governo federal, governo estadual e Secretaria Estadual de Educação.

Vale ressaltar que os documentos do referido estado não são específicos sobre formação de professores. São documentos obtidos mediante busca na página oficial da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Nesta página, no item onde se lê a palavra *Institucional* está a primeira legislação localizada: a Lei do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul de 24/12/2003. Por considerar sua

importância e abrangência partiu-se, então, para a busca de referências à alfabetização e à formação de professores alfabetizadores.

Consta ainda no item *Institucional* da referida página os *links* denominados *Legislação MS* e *Legislação SED*. Em ambos é possível fazer uma busca escolhendo uma palavra como descritor e o tipo de legislação. No caso desta pesquisa, a palavra empregada na busca foi *alfabetização*. Contudo, no *link Legislação SED* a busca foi feita de modo diferente, tendo sido selecionado o item denominado *Resoluções* e por estarem disponíveis as Resoluções desde o ano de 1979 a 2011, decidiu-se fazer a leitura de todas as ementas disponíveis – 964 resoluções – observando-se os assuntos relacionados à alfabetização e à formação de professores alfabetizadores.

Os estudos de Silva Neta (2008) a respeito da legislação sobre a formação de professores alfabetizadores no Brasil revelam um aspecto importante dos documentos analisados:

A principal constatação é que nenhum documento menciona “formação de professor para alfabetizar”. A lei não trata do “professor alfabetizador”, embora todos os profissionais formados nos cursos que “formam professores para a educação infantil e anos iniciais da escolarização”, sejam igualmente autorizados/ licenciados para lecionar em classes de alfabetização. Além disso, percebe-se também que a legislação está muito defasada em relação às pesquisas sobre alfabetização e sobre o trabalho de professores alfabetizadores, suas proposições e recomendações são caracteristicamente genéricas e inespecíficas a esse respeito. (SILVA NETA, 2008, p.142)

Na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul , foram analisados sete documentos encontrados na página da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. São eles: documento nº1 - LEI Nº 2.787, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências; documento nº2 LEI Nº 2.791, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003, que aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências; documento nº3 RESOLUÇÃO/SED Nº 1.631, DE 16 DE ABRIL DE 2003, que dispõe sobre o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA, e dá outras providências; documento nº4 RESOLUÇÃO/SED Nº 1.803, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004, que dispõe sobre a Formação Continuada em Língua Portuguesa para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e dá outras providências; documento nº5 RESOLUÇÃO/SED Nº 2.230, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009, que dispõe sobre o Projeto “Além das Palavras” – e dá outras providências; o documento nº6 RESOLUÇÃO/SED Nº 2.241, DE 27 DE MARÇO DE 2009, que dispõe sobre o

Programa Pró-Letramento, e dá outras providências; e por fim o documento nº7 RESOLUÇÃO/SED Nº 2.427, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011, que dispõe sobre o Projeto “Além das Palavras” – e dá outras providências

As informações encontradas nos documentos foram analisadas e levaram à constatação de que os documentos de nº3; nº 4 e nº 6 tratam especificamente de Programas de Formação Continuada. Os documentos não deixam claro quais princípios, conteúdos e metodologias sobre alfabetização norteiam esses programas de formação continuada. Contudo, apresentam indícios de que a perspectiva de alfabetização que os sustenta é baseada em aspectos linguísticos e tem como referência o texto.

Mudanças educacionais ocorridas, a partir das décadas de 1980, passaram a enfatizar a aprendizagem, desde o início, partindo de textos com significado social para que o alfabetizando pudesse compreender o objetivo do que se lê e também fazer: “[...] correspondência entre os conhecimentos ativados a partir do texto e o conhecimento do mundo receptor” (MASSINI-CAGLIARI, 2001, p.49).

Ao que tudo indica, o Projeto “*Além das Palavras*”, apresentado nos documentos nº5 e nº7, não acompanha essa mesma orientação no que diz respeito à alfabetização e ao professor que alfabetiza.

Na página da *internet* da Secretaria Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, não foram obtidos maiores detalhes referentes a esse projeto. As informações sobre esse assunto aparecem no *site*, em forma de notícias do andamento do referido projeto. Em uma dessas notícias, menciona-se, por exemplo, que “[...] O projeto é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e recebe recursos do *Plano de Ações Articuladas (PAR)*”. No *site* do MEC, nada que pudesse esclarecer esse assunto foi localizado.

Em outra notícia, do dia 13 de agosto de 2009¹, é disponibilizado o Manual de Capacitação para os Coordenadores de Área de Língua Portuguesa, para capacitação dos professores em seus respectivos municípios. Trata-se do *Manual de capacitação do Programa Alfa e Beto de alfabetização*, segundo o qual os fundamentos básicos do referido programa são três: “[...] 1. Consciência Fonológica; 2. Familiaridade com textos impressos; 3. Metalinguagem” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p.23) .

O olhar mais atento ao referido manual permitiu localizar o ponto em que o programa apresenta sua síntese, reproduzido a seguir. O que causa espanto, neste trecho,

¹Projeto: "Além das Palavras" Alfabetização. disponibiliza Manual de Capacitação para os Coordenadores de Área de Língua Portuguesa em: www.sed.ms.gov.br/index.php?...

é a pouca importância dada ao professor que irá trabalhar com o material, como pode ser observado :

- O Programa Alfa e Beto é um programa de alfabetização **completo, consistente e estruturado:**
COMPLETO
- Inclui todas as competências relevantes para a alfabetização. Leva em conta que a maioria dos alunos da escola pública não frequentou pré-escola, e os que frequentaram não possuem competências básicas.
- Inclui materiais para alunos, professores, classe, escola e Secretaria.
- Não supõe que professor ou escola possui materiais, recursos e condições para produzir todos os materiais necessários e suficientes para alfabetizar.
- Mesmo o professor sem uma formação sólida em Língua Portuguesa, literatura ou **Alfabetização** pode ir aprendendo alfabetizar ao longo do processo. (p. 22). (grifo nosso).

Diante do exposto. no *Manual de capacitação do Programa Alfa e Beto de alfabetização*, pode-se afirmar que a banalização do papel do professor pode se dar de modo explícito, como exposto, ou de forma mais sutil e bastante eficaz, como esclarece Lawn (2001).

De acordo com esse autor, “[...] as identidades dos professores são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controle e numa forma eficaz de gerir mudanças” (LAWN, 2001, p.118). A esse respeito, vale acrescentar aqui, como descreve este autor, o que ele próprio denomina de: “fabricação das identidades docentes”.

Martin Lawn (2001) apresenta, em *Os professores e a Fabricação de identidades*, um estudo sobre as alterações na identidade nacional dos professores na Inglaterra. Sua análise, contudo, é bastante esclarecedora, pois se observa que o caso inglês não é único e pode ser comparado com algo semelhante que vem ocorrendo no Brasil quanto à produção da identidade docente.

A maneira como isso é feito pode ser sutil, pois, de acordo com Lawn (2001), ou a formação dos professores não aparece nas descrições dos sistemas educativos ou essas informações podem surgir apenas como “elementos neutros” nos textos e discursos oficiais:

A produção da identidade envolve o Estado, através dos seus regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções nos media, etc. É uma componente essencial do sistema, fabricada para gerir problemas de ordem pública e de regulamentação. (...) a identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou. (LAWN, 2001, p.118).

No caso dos documentos aqui analisados, isso também fica evidenciado, em especial, nos documentos nº 1 – *Lei do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul* de 2003 – e nº 2 – *Lei Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul* de 2003.

De acordo com Lawn (2001), atualmente o discurso das competências do professor disfarça a obrigatoriedade de atitudes incorporadas do mundo empresarial: “Hoje, os professores transformaram-se numa ‘massa’ de empregados de organizações pseudo-privadas, homogeneizadas por este processo, ao mesmo tempo que pela competição entre elas, se diferenciam”. (LAWN, 2001, p.129-30). Assim, a nova identidade oficial do professor inglês está sendo formada.

No Brasil e, em especial, no Estado do Mato Grosso do Sul, o modo como foram e estão sendo moldadas as identidades dos professores alfabetizadores certamente requer mais atenção das instituições que são responsáveis pela formação inicial e continuada. Exige-se, para tanto, o conhecimento dos elementos sutis e explícitos, presentes na Legislação, que servem para gerir e moldar a identidade dos professores, principalmente, no que tange à alfabetização.

Considerando-se os estudos teóricos sobre socialização e construção de identidade profissional, a hipótese central que norteou esta pesquisa está relacionada à ideia de que as professoras que optaram por permanecer nas classes de 1º e 2º anos do ensino fundamental constroem suas identidades como alfabetizadoras a partir de elementos identitários forjados em seus tempos e espaços biográficos e relacionais:

- tempos: práticas reconhecidas herdadas de gerações anteriores de alfabetizadores e de diretrizes/projetos impostos aos professores;
- espaços: estratégias identitárias desenvolvidas nos espaços das instituições que os indivíduos percorrem em suas trajetórias sociais e profissionais.

Os sujeitos selecionados foram professores dos 1º e 2º anos do ensino fundamental de escolas estaduais, municipais e particulares. Foram escolhidos esses dois anos porque, no Estado de Mato Grosso do Sul, foi implantado o ensino fundamental de nove anos e, portanto, a série que correspondia à pré-escola, atualmente, é o 1º ano, e aquela que era denominada 1ª série agora corresponde ao 2º ano.

Para selecionar os sujeitos da pesquisa foram utilizados, como instrumentos iniciais para coleta de dados, questionários, elaborados de acordo com a perspectiva apontada por Januário (1996) e Ludke e André (1986). Eles foram aplicados em 54

professores de escolas estaduais, municipais e particulares, existentes no município. A partir das respostas apresentadas nos questionários, foi possível identificar aqueles professores que vinham escolhendo salas de alfabetização e nelas permanecendo há mais de 10 anos.

Uma vez identificados os professores que atuavam há mais de dez anos nas classes de alfabetização – 25 professores -, foi, então, possível realizar contatos com eles. O contato foi feito por telefone, cujos números foram fornecidos nas respostas dos questionários respondidos no ano anterior, por isso alguns números de celulares não atendiam, possivelmente por terem sido desativados ou mudados. Algumas professoras contatadas não se dispuseram a responder a entrevista, alegando falta de tempo. Desse modo, foram selecionadas seis professoras que concordaram em participar da pesquisa.

Assim, as entrevistas, que duraram, em média, três horas, foram agendadas previamente e realizadas em uma sala da Universidade, em horários e dias escolhidos pelas alfabetizadoras. Em um único caso, foi feita na residência da entrevistada. Foram entrevistas semi-estruturadas, intensivas e em profundidade, que possibilitaram o conhecimento da história de vida e percurso identitário profissional das seis professoras, observando-se as orientações apontadas por Januário (1996), Ludke e André (1986) e Zago (2003).

Vale observar que tais entrevistas foram realizadas com auxílio de um roteiro norteador considerando: questões, hipótese e objetivos da pesquisa e, sobretudo, os conceitos teóricos norteadores da pesquisa. O roteiro foi construído, portanto, contemplando os seguintes blocos de informações:

- 1º Bloco – Dados Pessoais
- 2º Bloco – Perfil sócio-econômico-cultural
- 3º Bloco – Percurso de formação
- 4º Bloco – Experiência / Atuação profissional
- 5º Bloco – Trabalho docente em ação

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, após anuência dos entrevistados, transcritas na íntegra, de forma literal, e acrescidas de observações da entrevistadora/pesquisadora.

Para a análise dos dados obtidos, optou-se pela organização de quadros-síntese de informações, extraídas dos depoimentos nas entrevistas, organizados em categorias propostas por Berger y Luckman (2003), Dubar (1997) e Tardif (2000), identificando e caracterizando a trajetória profissional das professoras entrevistadas, seus processos de socialização e construção de identidade profissional:

- Dados referentes ao perfil das professoras entrevistadas (pessoal, familiar, sócio-cultural);
- Dados referentes ao percurso de formação das alfabetizadoras;
- Dados relativos à experiência profissional das professoras;
- Dados acerca das condições de atuação profissional;
- Dados relativos aos olhares dos outros significativos sobre o trabalho das alfabetizadoras ao longo de seu percurso profissional;
- Dados referentes aos conhecimentos considerados necessários para alfabetizar e às referências para as aprendizagens sobre a profissão;
- Dados acerca da rotina de sala de aula e da relação com os alunos;
- Dados relativos às impressões das professoras sobre suas próprias condições como alfabetizadoras.

Para organização desses quadros, procurou-se utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo dos depoimentos das professoras, nas entrevistas, visando a identificar elementos indicadores de seu percurso na construção da identidade profissional de alfabetizadora.

Tais quadros alimentaram, por sua vez, a construção de perfis das professoras entrevistadas, baseados em parte nos “retratos sociológicos”, procurando expressar o percurso identitário das entrevistadas. Tomou-se por base os procedimentos metodológicos criados por Bernard Lahire (2004) apresentados na obra *Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais*. Para mostrar as forças e contraforças, às quais os indivíduos são submetidos desde a infância e que determinam seus comportamentos e atitudes, o autor realiza entrevistas com oito pessoas sobre temas diferentes, como: escola, família, trabalho, sociabilidade, lazer, atividades culturais, corpo.

Conclusão

Havia a suspeita, no início desta investigação, de que a complexidade que envolve a etapa destinada à alfabetização afastaria professores experientes dessas classes, de modo que outros professores (em geral, os iniciantes, ou os mais novos na unidade escolar) assumiriam essa responsabilidade. Mas, também considerava a existência de professores que escolhem essas classes e nelas permanecem por opção. Desse modo, essas decisões pareciam estar relacionadas a aspectos próprios da identidade profissional que esses professores constroem ao longo de suas trajetórias.

O estudo da legislação em vigor, referente à formação dos professores alfabetizadores no Brasil, bem como as normas e informações específicas relativas à formação e atuação de professores alfabetizadores no Estado de Mato Grosso do Sul, levou à constatação de que elementos sutis e explícitos, presentes ou omitidos na legislação, permitem gerir e moldar a identidade dos professores, principalmente, no que tange à alfabetização. Observou-se, ainda, a falta de coerência entre as propostas implementadas, a exemplo do Programa *Alfa e Beto*, e as concepções sobre alfabetização e indivíduo alfabetizado.

No esforço empregado para confirmar a elaboração da hipótese, foi possível avaliar melhor a realidade das alfabetizadoras do município onde se localiza a Universidade onde trabalho, a análise dos dados obtidos nas entrevistas, realizadas com seis professoras alfabetizadoras, permitiu confirmar a hipótese formulada por meio do contraste entre os aspectos que as diferenciam dos demais professores e os traços comuns – reconhecidos pelas professoras e salientados por mim no exame das respostas. Retomo aqui os aspectos que as diferenciam dos demais professores:

- Habilidade para lidar com os diferentes níveis das crianças;
- responsabilidade pelo início da alfabetização formal;
- compromisso e responsabilidade maior para não permitir que a criança prossiga sem aprender;
- atenção para perceber quando começa a leitura e os avanços nesse aprendizado;
- apresentação da leitura e da escrita para a criança, como um papel fundamental para sua vida, que vai utilizar para conseguir aprender;
- preparação maior e especialização no que se refere à alfabetização.

Coloco também, em destaque, os traços observados que as professoras alfabetizadoras têm em comum:

- Utilizam do conhecimento sobre as fases do desenvolvimento criança para melhor direcionar as atividades;
- consideram as necessidades individuais e o tempo necessário para cada criança aprender;
- organizam a rotina com atividades apropriadas ao início da alfabetização;
- sentem-se realizadas ao verem seus alunos lendo, produzindo um pequeno texto, efetuando atividades mais avançadas ou agindo com maior independência.

Saliento essas características para reafirmar a minha tese de que há, sim, uma especialidade própria ao professor alfabetizador, obtida por meio de seus percursos

identitários, biográfico e relacional, e associada ao trabalho desenvolvido pelos professores que atuam nas classes de alfabetização.

Houve uma resistência inicial das professoras alfabetizadoras para diferenciar-se dos demais professores, mas foi rapidamente superada quando instadas a identificarem, em suas atuações, os aspectos que evidenciam as diferenças. Assim, retomando novamente Dubar (2009), a “identidade é a diferença” e, ao mesmo tempo, “a identidade é o pertencimento comum”.

Nos depoimentos de cada uma das professoras, foi possível identificar o que é único e peculiar ao seu próprio percurso e contextos pessoal e profissional, bem como o que é comum e partilhado por todas as alfabetizadoras. Nas palavras de Dubar (2009): “não há identidade sem alteridade”, o que supõe o reconhecimento do outro pelo profissional em questão e de si mesmo pelo outro. Ou seja, “[...] eu só sei quem eu sou através do olhar do Outro” (DUBAR, 1997, p.104).

Esta investigação mostrou o peso do percurso de formação, das condições de ingresso e atuação dos professores nas escolas, dos aspectos que geram satisfação e insatisfação nesses profissionais. Mostrou, enfim, que a identidade dessas professoras parece estar menos ligada à formação inicial (que, segundo as entrevistadas, não as prepara para alfabetizar), e muito mais determinada pelos contextos de vida pessoal e profissional, pelos tipos de escola e sistema escolar nos quais elas atuam. Ou seja, podem ser identificadas diferentes identidades: em parte, construções individuais e, em parte, uma construção coletiva, comum a todos os pares profissionais.

Agora sim, faz todo sentido retomar Dubar (1997), para quem uma identidade profissional consiste numa “[...] construção social mais ou menos estável, que surge tanto de um legado histórico, quanto de uma transação relacional entre pares de um mesmo campo de atuação e contexto social e profissional”. Trata-se, portanto, de um processo histórico de transmissão de procedimentos, ideias, atitudes entre gerações e de processos de inserção e interiorização individuais dessa transmissão nas instituições escolares pelas quais passam as professoras.

Nesse processo, professoras e instituições transformam-se, forjando o que Marin, Giovanni e Guarnieri (2004) descrevem como a “cultura alfabetizadora” do sistema escolar do qual participam as professoras. Em síntese,

[...] a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização

que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições. (DUBAR, 1997, p. 105).

Finalmente, resta acrescentar que a análise da identidade das professoras alfabetizadoras permitiu detectar os fatores que intervêm nessa identidade e permite agora pensar nas suas implicações para o desenvolvimento de políticas orientadas a formar melhores professores para essa etapa específica da escolaridade básica.

Defendo a urgência da criação de políticas de formação de professores que considerem e se voltem, especificamente, para a atuação desse ator que é o professor alfabetizador, com sua especialidade que é alfabetizar. Também sustento a necessidade da implantação de políticas voltadas à alfabetização que contemplem ações agenciadoras do reconhecimento da especialidade indispensável ao professor alfabetizador, em contrapartida a todas as cobranças e exigências quanto ao ato de alfabetizar.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, H. C. As professoras primárias e suas histórias de vida: das origens aos primeiros anos de vida profissional. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº3, 1995, p. 7-36, 1995.

BERGER, P. L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes. p. 106-136, 1986.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes. p. 173-241, 2003.

BRASIL. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei Federal n. 11274. 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm

DIAS, Cleuza Maria S. *Processo Identitário da Professora-Alfabetizadora: Mitos, Ritos, Espaços e Tempos*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

DUBAR, C. 1997. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto Editora. p. 103-120.

DUBAR, C. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Campinas, Educação e Sociedade, vol 19, n. 62, abril/1998.

DUBAR, C. *A crise das Identidades: interpretação de uma mutação*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed. 1997.

GIOVANNI, L.; MARIN, A. J. Continuidades e discontinuidades na problemática da formação docente para os anos iniciais da escola básica no Brasil. In: *Anais do Seminário Investigação sobre a Problemática Educacional em Portugal e no Brasil*. Porto. Resumos das Comunicações. Porto : Universidade do Porto, 2007. v. 1. p. 98-98, 2007.

JANUÁRIO, C. Métodos de investigação no pensamento do professor. In: JANUÁRIO, C. *Do pensamento do professor à sala de aula*. Coimbra – Pt: Livraria Almedina, p.51-65, 1996.

LAHIRE, B. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAWN, M. Os professores e a fabricação de identidades. *Currículos sem fronteiras*. Porto Alegre - RS: UFRS/UEP Pelotas/Uminho, v1, n.2, pp.117-130, jul-dez/2001 (online) www.curriculosemfronteiras.org

LOPES, A.; RIBEIRO, A. Identidades Profissionais no 1º CEB: As fontes do nosso (des) contentamento. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 13, 2000, 43-58, 2000.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARIN, A. J. Propondo um novo paradigma para formar professores a partir de dificuldades históricas na área. In: REALI, A. M. M. R.; MARIA DA GRAÇA N. MIZUKAMI, M. G. (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos - SP: EDUFSCAR, v. , p. 153 -165, 1996.

MARIN, A. J. Cultura docente e formação de professores: velhos e novos desafios. In: GARCIA, W. E.. (Org.). *Pedagogia Cidadã*. São Paulo: Ed. e Gráfica Páginas e Letras, v. , p. 128-136, 2002.

MARIN, A. J.; GIOVANNI, L. M. e GUARNIERI, M. R. Centralidade da silabação na cultura alfabetizadora do sistema educativo brasileiro. *ANAIS (Resumos) e Trabalho apresentado no I Congresso Internacional do CIDInE "Produção sobre conhecimento profissional e docência nos sistemas educativos português e brasileiro: dinâmicas e tendências"*, de 5 a 7 de abril de 2004, Florianópolis-SC, 2004.

MASSINI – CAGLIARI, G. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas – SP: Mercado de Letras. 2001.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

_____. M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. In CANDAU, V. M. (Org.) *Didática, currículo e saberes escolares*. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TARDIF, M. e RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In: *Educação e Sociedade*. Campinas: Unicamp/Cortez/Associados, v. 21, n.73, dezembro/2000.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N; CARVALHO, M. P. e VILELA, R.A.T. (Org.) *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: D.P.& .A., p. 287-309, 2003.